

**COMISSÃO DO ESPORTE**  
**PROJETO DE LEI Nº 3.388, DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para prever que todas as modalidades de rodeios e provas equestres, reconhecidas por entidades ou federações esportivas de âmbito nacional, poderão ser objeto de apostas de quota fixa.

**Autor:** Deputado CAPITÃO AUGUSTO

**Relator:** Deputado CAIO VIANNA

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 3.388/2025, de autoria do Deputado Capitão Augusto, pretende alterar a Lei nº 14.790/ 2023, para prever que todas as modalidades de rodeio e provas equestres poderão ser objeto de apostas de quota fixa, desde que reconhecidas por entidades ou federações esportivas de âmbito nacional.

Conforme Despacho do dia 18/07/2025, a matéria foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão do Esporte e à Comissão de Finanças e Tributação, que também analisará sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Em seguida, a matéria passará à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que, com base no mesmo dispositivo, examinará sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Ao fim do prazo regimental, em 27/08/2025, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão. A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões, e seu regime de tramitação é o ordinário, nos termos do art. 24, II, e art. 151, III, ambos do RICD.

É o Relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

A proposição em exame, de autoria do Deputado Capitão Augusto, busca alterar a Lei nº 14.790/2023, que dispõe sobre a modalidade



lotérica denominada apostas de quota fixa. Ao acrescentar um parágrafo em seu art. 3º, o Autor busca explicitar que todas as modalidades de rodeios e provas equestres reconhecidas por entidades ou federações esportivas de âmbito nacional poderão ser objeto das referidas apostas, ao integrar os eventos reais de temática esportiva de que trata o inciso I do dispositivo.

De fato, concordamos com o nobre Deputado no sentido de que os rodeios e as provas equestres são atividades “profundamente enraizadas na cultura brasileira”, que contribuem sobremaneira para a geração de emprego e renda em meio à população do campo.

Dessa forma, consideramos justa a sua preocupação com as limitações apresentadas no âmbito da regulamentação federal da matéria, que autoriza apenas um conjunto restrito de modalidades equestres a serem objeto das apostas em questão. Como pontuado pelo Autor, a ampliação dessa lista de modalidades a fim de contemplar todas aquelas reconhecidas por entidades ou federações nacionais poderia trazer diversos benefícios. Entre eles, a geração de novas fontes de receita, tanto para os organizadores dos eventos esportivos, quanto para os atletas envolvidos; a ampliação da arrecadação tributária; o incentivo à profissionalização das competições; e o próprio fortalecimento da identidade cultural associada ao esporte rural brasileiro.

Acreditamos, contudo, que a Lei nº 14.790/2023 não configura o *locus* adequado para que seja promovida essa alteração, visto que a matéria em análise deve ser disposta em regulamento.

Considerando que a Portaria do Ministério do Esporte<sup>1</sup> que atualmente cumpre esse papel faz referência à Lei nº 13.364/2016, ao elencar as modalidades esportivas equestres que podem ser objeto de apostas de quota fixa, propomos que seja feita uma alteração diretamente nesse diploma.

Dado que a Lei em questão dispõe justamente sobre as modalidades esportivas equestres consideradas tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal, propomos, por meio do Substitutivo ora apresentado, que sejam incluídos nesse grupo o turfe e todas as demais atividades relacionadas às referidas práticas esportivas que sejam reconhecidas pela respectiva organização que administra e regula a modalidade.

<sup>1</sup> Portaria MESP nº 125, de 30 de dezembro de 2024.



Adicionalmente, incluímos o Art. 1º-A na Lei nº 7.291/1984, estabelecendo que as disposições dessa Lei não se aplicam às apostas de quota fixa realizadas sobre eventos de turfe fora do território nacional, as quais poderão ser autorizadas e reguladas conforme a Lei nº 14.790/2023. Tal medida assegura segurança jurídica, permitindo que o Ministério do Esporte regule essas apostas de forma clara, sem gerar conflitos com o regime aplicável ao turfe nacional.

Dessa forma, preservamos a autonomia esportiva no reconhecimento das atividades que caracterizam determinada modalidade, assim como possibilitamos, ainda que indiretamente, a desejada ampliação no rol das modalidades autorizadas a receber apostas nos eventos reais de temática esportiva.

Por último, considerando que a própria Lei nº 14.790/2023 impõe vedações a determinados eventos esportivos quando se trata do recebimento de apostas, consideramos pertinente explicitar que também integram esses eventos aqueles que, envolvendo animais, deixem de assegurar a necessária proteção ao seu bem-estar. Afinal, em que pese a contribuição genuína dos esportes rurais para a identidade cultural de nosso País, não se pode aceitar que os animais sejam submetidos a tratamentos cruéis, tampouco que essas práticas sejam objeto de apostas.

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.388/ 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 06 de outubro de 2025.

Deputado CAIO VIANNA  
Relator



COMISSÃO DO ESPORTE

SUBSTITUTIVO A PROJETO DE LEI Nº 3.388, DE 2025

Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para dispor sobre o reconhecimento das atividades relacionadas ao rodeio, à vaquejada, ao laço, e a práticas esportivas equestres pela organização que administra e regula a respectiva modalidade esportiva, e a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para proibir que eventos esportivos que envolvam animais sem assegurar a proteção ao seu bem-estar sejam objeto de apostas de quota fixa; e a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, para excetuar turfe realizado fora do território nacional das suas disposições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações em seus art. 3º e 3º-A:

“Art. 3º.....  
.....

**IX - demais atividades reconhecidas pela organização que administra e regula a respectiva modalidade esportiva.” (NR)**

“Art. 3º-A .....  
.....

**XIV – turfe**

**XV - demais atividades reconhecidas pela organização que administra e regula a modalidade esportiva.” (NR)**

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração em seu parágrafo único:



“Art. 3º .....

Parágrafo único. Não poderão ser objeto das apostas de que trata o caput deste artigo os eventos esportivos que envolvam as categorias de base, os eventos que envolvam exclusivamente atletas menores de idade em qualquer modalidade esportiva, **ou os eventos esportivos que envolvam animais sem assegurar a proteção ao seu bem-estar, nos termos da Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016.**” (NR)

Art. 3º A Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 1º –A:

“Art. 1º-A. As disposições desta Lei não se aplicam às apostas de quota fixa realizadas sobre eventos fora do território nacional.

Parágrafo único. As apostas de quota fixa em eventos de turfe fora do território nacional poderão ser autorizadas e reguladas conforme a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 06 de outubro de 2025.

Deputado CAIO VIANNA  
Relator

